

# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES**

**QUADRIÉNIO 2021/2025**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL N.º 7/22**

**2022/12/17**



## QUADRIÉNIO 2021/2025

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO  
DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2022

Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Pavilhão Multiusos de Paredes, reuniu a Assembleia Municipal, sob a presidência de JOSÉ ARMANDO COUTINHO BAPTISTA PEREIRA, secretariado por Sara Cecília Pinho Leal e Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu, respetivamente primeiro e segundo secretários da Mesa.

Procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia, verificando-se a ausência dos presidentes da Junta de Freguesia de Beire e de Vilela que não se fizeram representar.

Presenças por substituição ao abrigo do artigo 78º da Lei número 169/99 de 18 de setembro: em substituição da deputada Cristina Maria Valente Monteiro da bancada do PSD, esteve presente o deputado, *António Manuel de Bessa Oliveira*.

Presenças por substituição ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 18º da Lei número 169/99 de 18 de setembro: não houve.

Verificada a existência de quórum, pelo presidente da Assembleia foram declarados abertos os trabalhos, sendo quinze horas e quinze minutos, tendo-se procedido à leitura da correspondência, a qual ficará arquivada no gabinete de apoio administrativo à Assembleia Municipal, para eventual consulta.

Foi dada a palavra aos deputados Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu, representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II - Vale do Sousa Sul (Penafiel, Paredes e Castelo de Paiva) e João Manuel Nogueira Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira, representante das juntas de freguesia na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais que



apresentaram uma síntese das reuniões realizadas nos dias 17 de novembro de 2022 e 14 de dezembro de 2022, respetivamente.

**Luísa Tadeu (PS) - Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II - Vale do Sousa Sul** --- Informou que esteve presente na reunião do ACES que se realizou no dia 17 de novembro de 2022 no Pavilhão Multiusos de Paredes que também contou com a presença dos senhores:

Dr. Paulo Silva - Vereador da CMP em representação do Município de Paredes na qualidade de Presidente do Conselho da Comunidade do ACES; Dr. Fernando Malheiro - Diretor Executivo do ACES VSS; Dr. Carlos Alberto Silva - Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tâmega e Sousa; Dr<sup>a</sup> Fátima Marques - Autoridade de Saúde Pública do ACES (Delegada de Saúde de Paredes); Enfermeiros, Autarcas, Farmacêuticos, Diretores de centros de dia/Lares, diretores de escolas e outras individualidades.

Nos termos da ordem de trabalhos, foi feita a análise da atividade dos 3 trimestres do ano de 2022, discutido o Plano de Contingência - Inverno 2022/2023, analisados os contributos para o Plano de Atividades 2023 e outros assuntos de interesse. Informou ainda que o Dr. Paulo Silva agradeceu a presença de todos e sublinhou a importância do alargamento da reunião às mais diversas entidades e reiterou o empenho do Município de Paredes na promoção de projetos para a Saúde. Reafirmou toda a disponibilidade para colaborar em todas as soluções julgadas convenientes.

O Dr. Fernando Malheiro, DE do ACES, efetuou o balanço da atividade desenvolvida pelo ACES focando o seguinte:

- 1- A junta médica de avaliação de incapacidades (JMAI), baixou o tempo de espera para cerca de 30 dias de espera. Antes tinha 3 anos de espera;
- 2- Há no ACES um projeto para o incentivo da atividade física e mental dos utentes estando a decorrer consultas para esse fim;
- 3- O Projeto Diabetes em Movimento, já em curso em Paredes, está em fase de projeto em Penafiel e Castelo de Paiva;
- 4- O projeto "Menos (s) Pausa + movimento" envolvendo a UTAD + Câmara Municipal de Penafiel + ACES + CHTS está a decorrer;
- 5- Existe o projeto MIND - Implementação de Intervenções não farmacológicas na prevenção do declínio cognitivo dos 3 concelhos e envolve o ACES, o Instituto de Saúde Pública da UP e autarquias;



- 6- Que se procedeu à gestão de stocks;
- 7- Que continua a consulta intensiva de cessação tabágica.

Mais disse que, no futuro, serão implementadas formas de aconselhamento aos utentes da rede comunitária, para a prevenção e gestão na Saúde. Apelou aos presentes que enviassem contributos para o Plano de Atividades a desenvolver para o ano 2023. Referiu ainda que o Gabinete do Cidadão tem tido uma capacidade de resposta de 8 dias e meio úteis, o que revela um bom desempenho. Usou da palavra o Dr. Carlos Alberto, Diretor do CHTS que declarou que 40% das urgências podem ser evitáveis se houver respostas mais adequadas e em parceria com os centros de saúde: alargamento de horários, redistribuição de utentes, propostas de articulação entre as partes. Mais disse que no próximo ano contará com 30 milhões a utilizar exclusivamente num projeto para aumentar em mais 50 camas para internamento de utentes facto que alterará o quadro de stress que se tem vivido no serviço de urgência. A Senhora Delegada de Saúde de Paredes, Dr<sup>a</sup> Fátima Marques, falou sobre o valor das parcerias entre os diversos órgãos e relatou que muitas das situações vividas nos picos da doença COVID SARS COV 2, sobretudo em lares, foram resolvidas graças à utilização de equipamentos cedidos pelo Hospital. Destacou que este facto é a prova de que uma boa articulação pode fazer a diferença na qualidade do tratamento de forma mais rápida e eficaz. Na reunião foram ainda colocadas questões bastante pertinentes algumas das quais foram esclarecidas de imediato e que outras serão objeto de tratamento adequado no futuro.

**João Gonçalves (PS) - Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais --** Informou que a 14 de dezembro de 2022, sob a presidência e coordenação do vereador Dr. Francisco Leal e com a apresentação técnica do Eng.º Miguel Rodrigues, Coordenador Municipal da Proteção Civil, reuniu a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Balanço dos incêndios rurais - 2022
- 2- Preparação da época 2023 - Prioridades de atuação e necessidades
- 3- Outros assuntos de interesse

Referiu que o balanço dos incêndios rurais foi apresentado em dois planos, um distrital e outro municipal, constituídos por dois indicadores: número de ocorrências e área ardida. Informou que no plano distrital, em 2022, foram registadas 2.547 ocorrências e cerca de 2.500 hectares de área ardida e que no plano concelhio, foram registadas 298 ocorrências e 359,05 ha de área ardida, com



especial incidência nas seguintes freguesias:

- Recarei – 40 ocorrências e 233,39 ha de área ardida;
- Sobreira – 50 ocorrências – 56,98 ha de área ardida;
- Rebordosa – 30 ocorrências – 24,96 ha de área ardida;
- Aguiar de Sousa – 27 ocorrências e 13, 36 ha de área ardida.

Referiu que justapondo os valores registados nos anos 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, verificam-se sensíveis oscilações nos valores de ocorrências e sobretudo nos valores de área ardida a saber:

2017 – 438 ocorrências – 589,81 ha de área ardida;

2018 – 345 ocorrências – 38 ha de área ardida;

2019 – 266 ocorrências – 65,41 ha de área ardida;

2020 – 498 ocorrências – 349,48 ha de área ardida;

2021 – 139 ocorrências – 36,27 ha de área ardida;

2022 – 225 ocorrências – 359 ha de área ardida;

A distribuição mensal das ocorrências teve a sua grande incidência nos meses de julho (85) e no mês de agosto (95) com predomínio nas freguesias de Sobreira, Recarei, Rebordosa, Lordelo e Aguiar de Sousa. A tipologia das ocorrências em 2022 exprime-se em 5 itens de classificação com os seguintes valores percentuais: Fogacho (65%), falso alarme (24%), incêndio florestal (8%), incêndio agrícola (2%), reacendimento (1%). Na tipologia das causas, 96% das ocorrências têm origem desconhecida, 2% ações negligentes, 1% ação intencional e 1% reacendimento. Deu conhecimento de que foram ainda reportadas “Atividades e Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal” essencialmente centradas no licenciamento de atividades de uso e utilização de fogo, em emissão de pareceres relativos a edificações em espaço rural e plantação/reflorestação, processos de limpeza de terrenos, processos de árvores em risco, identificação e tratamento de vespeiros e beneficiação de caminhos.

Para o ano 2023 foram apontadas como estratégias:

- Ações de sensibilização;
- Gestão de combustível, com maior incidência nos locais definidos como prioritários;
- Beneficiação da rede viária florestal;
- Beneficiação e manutenção dos pontos de água estratégicos;
- Otimização do sistema de vigilância e videovigilância;



- Reunião com os presidentes de junta e com as autoridades na área dos fogos rurais, designadamente, GNR no início do ano que tem por fim a sensibilização para duas áreas distintas: o bom comportamento dos cidadãos em cada uma das freguesias e ajuda na determinação dos acessos às viaturas de socorro.

**Presidente da Assembleia** - Informou a Assembleia que a Escola Secundária de Vilela foi contemplada com 1 milhão de euros para a organização e desenvolvimento de cursos profissionais na área da tecnologia profissional. Considerou este facto como sendo um êxito e um orgulho para o Concelho de Paredes. Destacou que foi a única escola no Concelho a consegui-lo apesar de haver outros candidatos. Na área intermunicipal do Tâmega e Sousa só Felgueiras e Marco de Canavezes tiveram alguma participação. Congratulou-se pela inauguração de um dos equipamentos mais icónicos de Paredes, o Estádio Municipal das Laranjeiras e felicitou o executivo por tal facto.

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Abertas as inscrições para intervenções neste período inscreveram-se os deputados: Rui Freire, Cecília Mendes, Sara Castro, David Ferreira, Jorge Ribeiro da Silva, Cátia Silva, Rui Silva, Lurdes Meireles, Armando Leal e Manuel Gomes.

**Rui Freire (PS)** - Cumprimentou os presentes e começou por endereçar uma palavra de apreço para com as centenas de pessoas que no passado dia 3 participaram na “Caminhada Solidária” na cidade de Paredes e também aos vários agrupamentos de Escuteiros do Concelho que estão sempre presentes quando chamados a colaborar em iniciativas solidárias. Manifestou ainda o seu apreço pelas várias coletividades do Concelho com as suas bandas de música, os seus ranchos folclóricos e os grupos Zés Pereiras que igualmente ajudaram a que este evento fosse um ato de altruísmo e solidariedade ainda maior. Deu conta da sua satisfação e apreço pelo trabalho desenvolvido pelos pelouros do Desporto e Ação Social e colaboradores municipais para a realização de tão nobre ato e também pela caminhada solidária organizada pela Junta de Freguesia de Vilela e todos os vilelenses, para ajudar quem mais precisa. Manifestou-se orgulhoso pela inauguração do Estádio das Laranjeiras e pelo grande espetáculo ali promovido facto que



permite aos paredenses voltar a assistir a jogos de futebol no estádio onde, pela 1ª vez, assistiu a um jogo de futebol na companhia de seu pai. A inauguração do estádio das Laranjeiras marca o regresso a casa do União Sport Clube de Paredes, um equipamento que está igualmente preparado para acolher competições internacionais e jogos entre seleções. Este era um desejo antigo da Direção do União Sport Clube de Paredes, bem como dos seus sócios e simpatizantes e que agora se realizou. Após muitos anos votado ao completo abandono pelo anterior executivo do PSD, o Estádio das Laranjeiras e o Pavilhão Multiusos de Paredes foram reabilitados e deram mais vida ao centro da cidade Paredes e manifestou o desejo em que todos possam agora festejar muitas mais vitórias do União Sport Clube de Paredes. Afirmou que este executivo não defrauda os paredenses, pois que, palavra dada é palavra honrada. Reiterou o seu orgulho na equipa que gere os destinos do Concelho que sempre trabalhou e trabalhará com o intuito de melhorar e aumentar a qualidade de vida de todos os paredenses. Destacou a realização de obras em todas as freguesias sem exceção, muitas das quais ajudarão a engrandecer o nome de Paredes e a aumentar a autoestima de todos os paredenses.

**Cecília Mendes (Juntos Por Paredes)** – Cumprimentou os presentes e referiu que após a aprovação do empréstimo na Assembleia Municipal de 30 de setembro, o Presidente da Câmara referiu que faltava apenas o visto do Tribunal de Contas, para proceder ao pagamento à Be Water e com isso dar início à atividade do SMAS e que tal operação aconteceria logo no início do ano, daqui a 13 dias, mais concretamente. Acrescentou que o vereador Elias Barros, na última Assembleia Municipal referiu que o processo estava atrasado porque foram pedidos à autarquia alguns documentos. Uma vez que no passado o Presidente da Câmara omitiu à Assembleia dados sobre este assunto, inquiriu sobre qual ou quais as razões da demora na concessão deste visto? Poderá assegurar a esta assembleia que no início do ano o SMAS inicia a sua atividade? Observou ainda que a Fundação Francisco Manuel dos Santos apresentou nos últimos dias um estudo sob o tema “Ética e Integridade na Política” e que segundo o mesmo estudo, *“A qualidade da democracia depende, em grande medida, da existência de uma relação de confiança entre os cidadãos e os seus representantes políticos”*. Lembrou que o Grupo Municipal Juntos Por Paredes tem reivindicado várias medidas na Assembleia para gerar uma maior confiança entre o cidadão e os decisores políticos. Considerou que para atingir esse objetivo é necessária uma maior transparência nas contratações públicas no âmbito das consultas prévias e nos ajustes diretos. Neste sentido, propôs ao executivo que inclua no portal “Base Gov” todas as entidades concorrentes consultadas aos



concursos de contratação por consulta prévia e por ajuste direto. Justificou que este facto é algo que não acontece atualmente, pois que, só neste mandato, mais de 1 milhão e duzentos mil euros de contratações sob a forma de consulta prévia, apenas apresentam uma entidade concorrente. Também neste âmbito, questionou porque não se cria uma rede de Gabinetes de Apoio ao Múncipe nas freguesias, por exemplo, o *Espaço Municipal*? Manifestou a sua surpresa pela renúncia ao mandato do Presidente da Junta de Freguesia de Gandra. Citando a notícia do jornal, Verdadeiro Olhar, *"O Presidente da Câmara, Alexandre Almeida, terá alegadamente apelado à concórdia, dizendo que aquele terreno também era de Recarei, apesar de a decisão de um recurso de uma providência cautelar apontar a Junta de Gandra como proprietária."* Igualmente citou palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Gandra - *"Não aceitei que Gandra, a minha terra, fosse prejudicada. Abandonei essa reunião e, por isso, perdi a confiança política do Presidente da Câmara."* Questionou o seguinte: É verdade que o executivo pretendia um acordo com a divisão dos terrenos entre as duas freguesias? Em que qualidade estava o advogado Dr. Ricardo Bexiga? Estava como representante da autarquia ou da Junta de Recarei? Qual é a posição que espera ter sobre este assunto por parte do novo executivo da Junta de Freguesia? Afirmou que, ao que consta, o Presidente da Câmara não aceitou que o advogado Dr. Paulo Ranito, estivesse presente na reunião em representação da Junta de Freguesia acompanhando José Mota. Perguntou, então, qual ou quais as razões para essa decisão? Realçou que não se podia ignorar as relações familiares entre outras, envolvendo direta e indiretamente, o vereador Dr. Renato Almeida, colocando-se, assim, algumas dúvidas éticas e políticas, podendo, na sua opinião, colocar em causa, até, a sua continuidade. Questionou se o Presidente da Câmara mantinha a confiança política no vereador Dr. Renato Almeida? Realçou a sua concordância com a construção da Unidade de valorização de resíduos em Baltar. Acrescentou que o estudo, apresentado, demonstra que a mesma não terá impacto ambiental, podendo ser, na sua opinião, uma oportunidade para o Concelho de Paredes. Para isso acontecer, solicitou ao executivo que reivindique contrapartidas para a instalação desta unidade para a freguesia de Baltar e para o Concelho. Defendeu que um dos objetivos que defende, é o de dotar o Município de transportes movidos a energias menos poluentes. Adiantou que nesse sentido, a exemplo do que acontece noutros Municípios, os veículos movidos a gás são uma das soluções, podendo neste caso o Município de Paredes retirar para si uma quota da produção de Gás desta unidade, promovendo esta pretensão com vantagens para todos os paredenses. Ainda no âmbito do ambiente e sustentabilidade, realçou que é importante que a autarquia estude, promova e até





implemente comunidades energéticas no Concelho de Paredes. Destacou que uma Comunidade Energética é uma associação que produz e compartilha energia renovável para criar e gerir autonomamente a energia verde a custos vantajosos, reduzindo significativamente a emissão de CO2 e o desperdício de energia. Relativamente ao Orçamento e ao Plano de Atividades e em relação aos Bombeiros Voluntários, mais uma vez reiterou a necessidade de a autarquia efetuar o pagamento dos 50% correspondente à responsabilidade financeira da autarquia para com as Equipas de Intervenção Permanente existentes. Defendeu, pois, a importância dos seguintes investimentos: a construção de raiz de um Centro Cultural no Concelho de Paredes, um edifício destinado ao ensino, podendo contemplar todas as manifestações culturais, a requalificação e ampliação das piscinas municipais e dos campos de ténis, a construção de um Complexo Desportivo/Cultural no norte do Concelho, junto ao Pavilhão Rota dos Móveis e a retoma dos investimentos na zona envolvente à Cidade desportiva de Paredes, nomeadamente os seus acessos e todo o projeto de intervenção. Referiu que é de salutar a inauguração do Estádio Municipal das Laranjeiras, pois que, se viu renascer um marco histórico da cidade de Paredes.

**Sara Castro (PS)** – Cumprimentou os presentes e afirmou que foi com agrado que viu o executivo camarário assinalar no passado dia 25 de novembro, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, com ações de sensibilização nas escolas, bem como com a realização da 2ª sessão do encontro “Mulheres Ciganas” inserida no projeto “EmPODERar Mulheres Romani”, precisamente com este tema em debate. Considerou essencial a comemoração desta data para assinalar a relevância e importância da temática de um flagelo que afeta mulheres de todas as idades, etnias e estratos sociais. Está provado que é o sexo feminino o principal alvo de atos de violência doméstica. Considerou que é extremamente relevante a realização destas iniciativas que permitem alertar e acordar toda a comunidade para a denúncia destes atos de violência, bem como consciencializar os mais jovens para a barbárie que tais atos consubstanciam. Adiantou que atendendo a que ainda esta semana foi noticiada a ocorrência de mais de 300 casos de violência sexual em Portugal, sendo que, mais de metade terão ocorrido dentro de casa, este tipo de iniciativas são por demais relevantes. Salientou que os desafios à concretização da igualdade de género são múltiplos e diversos pelo que a sua análise e identificação são indiscutivelmente prioritários. Realçou que com o atual executivo existe a garantia da concretização do desiderato e princípio da igualdade.

**David Ferreira (PSD)** – Cumprimentou os presentes e referiu que o impensável aconteceu, um



Presidente de Câmara decidiu retirar a confiança política a um Presidente de Junta. Considerou este facto uma intromissão inaceitável de um Presidente de Câmara num órgão que, segundo consta, tem total autonomia para zelar pelos melhores interesses dos seus fregueses, uma Junta de Freguesia e o seu Presidente. Sublinhou que estava a referir-se a uma inusitada reunião convocada pelo Presidente da Câmara para resolver um diferendo entre duas freguesias, Gandra e Recarei, o qual foi alvo de uma decisão judicial, motivo pelo qual ainda mais estranhou tão inaceitável intromissão. Lembrou que não poderia deixar de estranhar todo este processo e que os terrenos alvo desta disputa estavam em processo de venda pelo anterior executivo da Junta de Freguesia. Realçou que o negócio não foi concretizado apenas por questões criadas artificialmente pelo Partido Socialista local para inviabilizar o negócio, com claros motivos eleitorais ou não, tendo em conta o desenrolar dos últimos acontecimentos. Na prossecução da sua intervenção, inquiriu: O que motiva um Presidente da Câmara a extremar de tal forma uma posição por causa de uma disputa entre freguesias quando esta se devia cingir às mesmas ainda por cima, havendo uma decisão judicial já tomada? Solicitou ao Presidente da Câmara explicações quanto ao que o levou a intrometer-se neste processo quando não o devia fazer de todo, assim como o real motivo que está por detrás da decisão. Questionou o Presidente da Câmara sobre o que são as *"negociatas que não me interessam para nada"* e os *"interesses inconfessáveis"* de que falou? Destacou que todos estes factos levaram à demissão do Dr. José Mota, Presidente da Junta de Freguesia de Gandra, pessoa por quem nutre estima pessoal e que foi candidato independente com o apoio do Partido Socialista. Adiantou que esta eleição foi extremamente personalizada e que quem venceu as eleições em Gandra foi o Dr. José Mota e não o Partido Socialista e que parte significativa do eleitorado que votou no Partido Socialista não o faria no caso de ser outro o candidato. Referiu que o Dr. José Mota sentiu que estavam a prejudicar Gandra e que disse que *"ainda não se vendeu por nenhum metro quadrado desta terra que é o que pretendiam"*. Adiantou que a esta tentativa de usurpação de algo considerado como um direito de Gandra junta-se ainda a perda de um Polo da CESPU, a perda do Hospital Veterinário, e a consequente perda do curso de medicina veterinária. Acrescentou que também está por esclarecer pelo Presidente da Câmara, apesar de várias vezes questionado sobre o assunto, a possível perda das Águas de Gandra para os SMAS. Realçou que por todos estes factos, o Dr. José Mota entendeu que a melhor forma de defender a sua cidade e os seus fregueses era a sua demissão. Não entende como aceitou manter-se em funções o atual executivo da Junta de Freguesia agora liderado por Sílvia Sá Pinto, bem como o vereador eleito



por Gandra, Renato Almeida. Questionou se estes estavam do lado do Presidente da Câmara e contra o Dr. José Mota e contra o povo de Gandra? Observou que, por norma, uma equipa segue, defende e é solidária com o seu líder facto que, infelizmente, no caso em apreço não aconteceu. Salientou que com todas estas dúvidas e questões não respondidas e/ou esclarecidas e por estar em causa a defesa intransigente do povo de Gandra, a bancada do PSD entende que o atual executivo da Junta de Freguesia de Gandra liderado por Sílvia Sá Pinto, bem como o vereador Renato Almeida, eleito por Gandra que muitas vezes afirma que é de Gandra e defende os seus interesses, não têm condições políticas para se manterem nos cargos. Defendeu que estes devem dizer, de forma clara, se apoiam Gandra e o Dr. José Mota ou o Presidente da Câmara e que, por uma questão de legitimidade, devem demitir-se e devolver a voz ao povo. Realçou que o povo de Gandra não votou na atual formulação do executivo da Junta de Freguesia e quer ver os seus interesses defendidos. Defendeu que para isso se torna necessário que lhe seja devolvida a palavra para que possa escolher quem o defenda com propriedade e sem amarras.

**Jorge Ribeiro da Silva (CDS-PP)** – Cumprimentou os presentes e começou por congratular o regresso do União Sport Clube de Paredes ao Estádio das Laranjeiras é à sua inauguração, um momento simbólico e de forte carga emotiva para todos os paredenses. Lembrou aqueles que, à semelhança do CDS, sempre lutaram pela reabilitação e pelo regresso do União Sport Clube de Paredes à casa de onde jamais deveria ter saído. Relativamente à freguesia de Gandra, disse que pouco importava se a crise política ali instalada se deveu ao facto de ter havido uma decisão do Tribunal que atribui um terreno a Gandra e não a Recarei e que o Presidente da Câmara tenha querido passar por cima do Juiz e retirado a confiança política ao então presidente da Junta de Freguesia, José Mota, ou se este por ter perdido a confiança política se demitiu quando percebeu que as Águas de Gandra iam passar a ser municipais e que a CESPUI vai em parte sair de Gandra. Acrescentou que o que não pode acontecer numa República e num Estado de direito democrático, é que esta questão não seja resolvida pelo voto. Os gandarenses devem ser chamados a decidir quem pretendem ver na condução dos destinos da freguesia até ao ano 2025. Perguntou ao Presidente da Câmara qual a sua opinião quanto à realização de eleições intercalares para a freguesia de Gandra? Mudando de assunto referiu que há cerca de um ano e meio que trouxeram à luz o estudo de impacto ambiental para a construção da fábrica do lixo em Baltar e que não se sabe qual o estudo do impacto económico que o mesmo trará. Observou que vários foram os sessenta dias em que o Presidente da Câmara ia prorrogando no tempo até que a questão fosse



pública com a apresentação do referido estudo no Salão Nobre da Câmara Municipal. Lamentou que o mesmo estudo não tenha sido apresentado à Assembleia, a fim de ser discutido e debatido com os eleitos representantes da população mais parecendo que o Presidente da Câmara não quer discutir estes assuntos. Afirmou que o Presidente da Câmara se mostrou tranquilo com este projeto e que até terá dito que será copiado por outros municípios. O mesmo foi dito a propósito do Rio Ferreira e, 5 anos e muitos milhões de euros depois, continua a ser um esgoto a céu aberto com o Presidente da Câmara a admitir erros no projeto. Convidou o Presidente da Câmara para uma visita à Cova da Beira onde existe uma unidade industrial da mesma natureza daquela que é projetada para Baltar e citou: *“Deputada do PS quer medidas do Governo para que central do Fundão deixe de ser um problema. A deputada socialista Joana Bento quer que o Governo promova medidas para que a Central do Fundão deixe de ser um problema que tem motivado queixas devido ao ruído e poeira. O Governo, através de todas as suas entidades, tem de fazer tudo para que possa haver uma coexistência entre o projeto e a salvaguarda dos direitos da população, principalmente o direito ao descanso, que está a ser posto em causa há demasiado tempo. Eleita pelo círculo eleitoral de Castelo Branco, lembra que apesar de ter sido construída na Zona Industrial a central está a poucos metros de habitações e que os moradores têm apresentado queixas sucessivas relativas ao ruído, principalmente no período noturno, bem como a produção de poeiras decorrentes da laboração ininterrupta da central. A deputada destaca que quando a central começou a laborar (dezembro 2019), os moradores viram as suas vidas alteradas e que, devido ao barulho, têm de lidar com a privação do sono, situação que mexe com a vida das pessoas e que pode ter implicações na saúde dos cidadãos. As pessoas têm o direito a descansar e a ter um ambiente sadio no espaço onde escolheram viver e construíram as suas vidas, antes de esta estrutura surgir, por isso, pedimos que seja alvo de uma maior atenção, quer em termos de ruído, quer em termos de emissões.”* Perguntou ao Presidente da Câmara se é isto que pretende para o seu Concelho? Lembrou que outras questões parecem esquecidas, mas que o CDS faz questão de recordar. Lembrou que o Presidente da Câmara prometeu apoiar os jovens na criação de pequenas e médias empresas com 600.000 €/ano e questionou onde estava prevista esta medida no Orçamento? Acrescentou que em 2019 foram prometidas obras no Tribunal tendo o Presidente da Câmara afirmado que Paredes iria ter um Tribunal novo e volvidos 3 anos, nem orçamento, nem Tribunal, nem projeto, uma mão cheia de nada. Referiu que está prevista no Orçamento para 2023 a construção do Auditório e Museu Daniel Faria nos terrenos da antiga EB2/3 de Baltar e perguntou se vai acontecer o mesmo que aconteceu com o novo Tribunal? Realçou que 5 longos anos depois o Município continua sem a



adesão efetiva à Tarifa Social da Água. Questionou o Presidente da Câmara para quando o primeiro paredense a beneficiar desta medida?

**Cátia Silva (PS)** - Cumprimentou os presentes e referiu-se ao trabalho do executivo na dinamização da época natalícia, mais concretamente com o programa “Espalhar Magia por Paredes”. Acrescentou que desde o dia 1 de dezembro de 2022 até ao próximo dia 14 de janeiro, a Câmara Municipal está a promover diversas atividades relacionadas com o Natal na sede do Concelho e restantes freguesias. Da respetiva agenda destacou o habitual comboio de Natal que diariamente tem percorrido as ruas da cidade, bem como das diferentes freguesias, o “Mercado de Natal” implementado no Parque José Guilherme e que serve para o convívio familiar e de promoção para os pequenos negócios e os inúmeros espetáculos e teatros que decorrerão ao longo do mês. Defendeu que estas medidas visam proporcionar momentos especiais e diversificados às crianças, estimulando-as para o mundo imaginário e mágico do Natal, bem como aos adultos, com o intuito de aproveitar a envolvente criada nesta quadra natalícia servindo de cenário para confraternização da família nesta época especial. Salientou que o investimento na iluminação e decoração de Natal reflete uma decisão estratégica e ponderada de envolvimento da população, uma ajuda preciosa no embelezamento das ruas, no desenvolvimento e promoção do comércio local, associado à necessidade de manter a dinâmica cultural, social e o desenvolvimento da economia. Realçou que a quadra festiva vem sendo uma preocupação constante do atual executivo que, ano após ano, tem vindo a melhorar a programação com o intuito de dar vida a Paredes.

**Rui Silva (PS)** - Cumprimentou os presentes e afirmou que o Parque das Serras do Porto com perto de 6.000 hectares, tem uma localização estratégica em toda a Área Metropolitana, quer pelos seus valores naturais e culturais, quer pelos serviços ecológicos que assegura face à sua proximidade aos núcleos urbanos que constituem a mesma. Acrescentou que sustentada pelos diversos estudos existentes, a sua riqueza patrimonial, a sua originalidade geológica leva a uma interessante viagem pela Era Paleozoica com as rochas e os fósseis com um percurso histórico com mais de 500 milhões de anos. Realçou que as evidências demonstrativas da ocupação deste território há mais de 6.000 anos estão nas suas 6 serras, a saber: Santa Justa, Pias, Castiçal, Santa Iria, Flores e Banjas, também os seus vales ribeirinhos, nomeadamente os dos rios Sousa e Ferreira, os seus habitats e as diversas espécies de flora e fauna com estatuto especial de conservação. Realçou também os vestígios arqueológicos que permitem compreender a ocupação



humana da região, no que se destaca a mineração aurífera romana. Observou que este Parque está inserido no espaço territorial de 3 concelhos, Paredes, Valongo e Gondomar e que a presidência do Conselho Executivo é rotativa e exercida por mandatos de 1 ano. Adiantou que no ano 2023, a presidência é exercida pelo Presidente da Câmara Municipal de Paredes, no que considerou que será um ano particularmente trabalhoso, mas ao mesmo tempo gratificante. Revelou que irão para o terreno vários projetos e iniciativas que contribuirão para a consolidação e transformação deste vasto território. Realçou que daqui a duas ou três dezenas de anos o Parque se apresentará transformado e com fundamental importância na qualidade de vida dos seus habitantes. Saliu que permitirá ainda a exploração turística de forma organizada e sustentável, com a criação de uma rede de estrutura e valorização turística que porá em prática uma estratégia de desenvolvimento sustentável no turismo criando assim uma fonte de receita adicional com visitantes forasteiros. Sublinhou que esta estratégia assenta no alojamento, na restauração e na animação turística e que se até à presente data foi tempo de estudar e fazer um levantamento exaustivo do Parque das Serras, uma nova fase se seguirá. Esclareceu que tal fase, dado o grande potencial, visa a exploração e valorização do turismo, aspetos a executar de forma organizada e sustentável, com um conjunto de regras e encargos para quem pretender investir no sentido de que a oferta turística seja uma mais-valia de inquestionável qualidade. Destacou a candidatura vencedora ao programa LIFE, gerido pelo CINEA - European Climate, Infrastructure and Environment Agency (Executivo Europeu de Infraestruturas Climáticas e do Meio Ambiente), um projeto no valor global de 3,6 milhões de euros. Revelou que foi aprovado um apoio no valor de 2,1 milhões de euros para um horizonte temporal de 5 anos que terá elevado impacto positivo nas paisagens e ecossistemas, para além das ações de monitorização, divulgação, sensibilização e envolvimento cívico tais como: Intervenção em 423 hectares de área florestal com o controlo de espécies exóticas e invasoras, plantação de mais de 160 mil árvores e arbustos autóctones e a sua manutenção de continuidade, ação demonstrativa de adaptação em 12 hectares de área agrícola, instalação de um apiário pedagógico e gestão de matos, criação de soluções de base natural para retenção de água nos solos e melhorar as margens ribeirinhas, constituição de uma equipa operacional para trabalhos complementares de silvicultura, dinamização de atividades dirigidas às escolas, famílias e população em geral, produção de diversos materiais pedagógicos e de disseminação e promoção da participação dos cidadãos através do voluntariado. Saliu que estas são apenas algumas das tarefas destinadas para o ano 2023, num projeto que nasceu a muito



custo, mas com todas as condições para ser um sucesso. Afirmou que para quem acusa o Presidente da Câmara de governar apenas para a fotografia e para o imediato, o que está a ser levado a cabo tem como destinatários os filhos e netos de todos. Defendeu que este projeto será uma imagem de marca de Portugal, sendo que, há muito ainda a fazer a juntar ao muito que já foi feito para construir um futuro mais sustentável e mais verde.

**Inácio Costa (PSD)** – Prescindiu.

**Lurdes Meireles (PSD)** – Cumprimentou os presentes e referiu que, face aos últimos acontecimentos e às constantes situações caóticas em que é referenciado o Hospital Padre Américo, o Grupo Municipal do PSD questiona se o Presidente da Câmara se tem inteirado destas situações e de alguma forma possa mitigar tal desespero dos profissionais de saúde que, não dispondo de meios nada mais podem fazer? Acrescentou que urge a adoção de medidas com horários mais alargados ao nível dos centros de saúde do Concelho onde, em circunstância de menores cuidados, os paredenses possam recorrer e com isso aliviar o hospital. Inquiriu o Presidente da Câmara sobre se o Município adotou medidas de supervisão aos refeitórios ao nível dos centros escolares, no sentido de não voltarem a acontecer situações como as tão contestadas pelos encarregados de educação? Adiantou que a sua bancada reforça essa mesma necessidade de supervisão dado que a inflação nos géneros alimentares pode levar ao não cumprimento dos parâmetros de uma boa alimentação. Realçou que nesta fase escolar as crianças necessitam de uma alimentação equilibrada, sendo que, infelizmente para alguns deles, será a melhor que terão ao longo do dia. Relativamente a EN15, salientou que a EP teima em afirmar que se poderão ainda considerar em bom estado os levantamentos feitos, mas que a população teima em discordar e considerar que necessita de intervenção ainda mais com a intensificação das chuvas.

**Armando Leal (PS)** – Cumprimentou os presentes e afirmou que foi com muita estupefação que ouviu algumas intervenções de deputados dos mais diversos Grupos Municipais o que lhe pareceu ter sido um duplo desrespeito para com os eleitores. Acrescentou que por um lado se quer subverter o resultado das últimas eleições ocorridas em 2021 e por outro lado quer-se passar um atestado de incompetência aos eleitores. Justificou que subestimam os eleitores que votam numa lista e num programa eleitoral e os tomam como analfabetos que desconhecem a Lei e que este era o exercício de pedagogia que os críticos deviam fazer e não de demagogia como o fizeram. Questionou as bancadas do PSD e do CDS se a assunção ao poder de Santana Lopes em substituição de Durão Barroso e a de Jorge Malheiro após a demissão de Francisco Ribeiro da



Mota não foram corroboradas de legitimidade? Censurou aquilo que apelidou de exercícios de demagogia que foram feitos, pois que, se misturou a renúncia do Presidente da Junta de Freguesia de Gandra que, para além da divergência política com o Presidente da Câmara, evocou razões pessoais com outras questões que carecem de fundamento, nomeadamente a questão das águas. Realçou que o maior exemplo de que a Câmara Municipal está ao lado da Junta de Freguesia de Gandra na defesa do sistema de abastecimento público de água, está na pronta ajuda concedida à freguesia aquando da crise de abastecimento de água no último verão. Acrescentou que outro exemplo tem a ver com a ligação que a Câmara pretende fazer para abastecimento de água em alta para que, em situações de crise como aquela que a freguesia viveu, possa abastecer diretamente os fregueses. Observou que nutre grande estima pelo Dr. José Mota e que respeita a sua decisão de renúncia ao mandato de Presidente da Junta de Freguesia de Gandra até mesmo pelas razões evocadas, mas que não é com o afastamento que se resolvem os problemas, mas sim enfrentando-os. Defendeu que desta forma nada impede que o executivo da Junta de Freguesia continue a dialogar com o Presidente da Câmara e a defender de forma intransigente os interesses dos seus fregueses. Deixou claro que a Junta de Freguesia de Gandra continuará a defender a propriedade do terreno, sendo que, a única entidade que poderá dizer algo em contrário será o Tribunal. Realçou que que, no caso de uma decisão judicial desfavorável, haverá sempre a possibilidade de recurso da mesma, hipótese essa que não será descartada.

**Manuel Gomes (PSD)** – Cumprimentou os presentes e referiu que viu na edição online do jornal desportivo “O Jogo”, algo referente ao Município de Paredes que não publicitava qualquer evento, simplesmente se prestava a uma hiperligação ao site da Câmara de Paredes. Questionou, então, sob que propósito tem o Município de Paredes publicidade num jornal desportivo e qual o fundamento para esta publicidade? A publicidade é diretamente ao jornal “O Jogo” ou é à Global Media ou por seu turno está ligada a cookies no google? Será que esta publicidade foi para pagar algum tipo de destaque para algo que de forma natural não geraria o interesse da nossa média desportiva nacional? Será este meio adequado para se gastar o dinheiro dos paredenses? Quanto é que o Município gasta anualmente em publicidade? Advertiu que o PSD vai solicitar, via Assembleia Municipal, todos os contratos publicitários que o Município tem atualmente em vigor. Relativamente à Unidade de Valorização de Resíduos, questionou a razão pela qual o estudo apresentado não foi presente à Assembleia Municipal? Justificou a questão com o facto de este ser um documento de interesse geral dos deputados pelo que deviam do mesmo ter conhecimento





para por eles ser analisado. Lamentou o estado quase intransitável de algumas das estradas do Concelho e questionou o Presidente da Câmara se já tinha o levantamento de todas as necessidades a este propósito e para quando poderão os paredenses contar com uma intervenção massiva nas estradas concelhias? Como está a pensar operacionalizar uma intervenção tão grande a este propósito? Referiu que às juntas de freguesia de São Jacinto, em Aveiro, de Mascarenhas, em Mirandela, de São Julião e Silva, em Valença, de Santa Maria em Manteigas, de Góis e Alves em Abrantes, de Penedono e Granja, em Viseu e de S. Mamede, em Alijó faltava acrescentar a Junta de Freguesia de Gandra, em Paredes. Justificou com o facto de estas serem freguesias que tiveram eleições intercalares em 2022. Acrescentou que se os membros eleitos em lista independente com o apoio do Partido Socialista em Gandra fossem consequentes com as atuais circunstâncias políticas, já a freguesia de Gandra estaria naquela lista. Observou que normalmente as pessoas dizem que votam na pessoa e não no partido e que a democracia da Administração local está completamente alicerçada na confiança popular na figura do Presidente ou da Câmara ou da Junta de Freguesia. Realçou que se o Presidente que prometeu estar presente deixou de estar presente, deviam existir consequências políticas e lembrou que a eleição para a Junta de Freguesia de Gandra foi muito personalizada na figura do Presidente Mota. Adiantou que os eleitores gandarenses se sentem defraudados ainda que juridicamente a solução encontrada esteja em conformidade com a Lei. Politicamente não se pode dizer o mesmo. Defendeu que o Poder Local tem de ser a esperança da democracia do futuro e que a proximidade entre eleitores e eleitos é de salutar importância pelo que cabe aos eleitos locais, retirar as devidas ilações das circunstâncias e das situações. Referiu que a vontade popular não pode ser interpretada conforme o interesse do momento e conforme aquilo que convém a alguém. Sublinhou que se as pessoas na sua generalidade entenderam votar em determinada pessoa para Presidente de Junta e se este saiu, o povo terá que ser novamente consultado.

**Presidente da Assembleia** – Congratulou-se pela forma como decorreram as intervenções e pelas informações que das mesmas resultaram e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Paredes para os esclarecimentos às questões levantadas pelos deputados.

**Presidente da Câmara** – Cumprimentou os presentes e começou por saudar a nova Presidente da Junta de Freguesia de Gandra, Dr<sup>a</sup> Sílvia Sá Pinto, a quem manifestou a sua total confiança e do executivo. Em resposta à questão da deputada **Cecília Mendes**, anunciou à Assembleia a receção



do Visto positivo do Tribunal de Contas a autorizar o pagamento do valor da indemnização do Resgate à Be Water que permite que a partir de janeiro os SMAS entrem em funcionamento. Adiantou que esta foi uma semana muito positiva para o Concelho de Paredes, desde logo com a inauguração do Estádio das Laranjeiras como também a requalificação de uma Escola Básica em Vandoma. Relativamente à questão de Gandra, disse que ninguém está acima da Lei e que aguardará a decisão do Tribunal que, ao contrário do que foi dito, ainda nada decidiu, sendo que, se não se quiser esperar pela decisão judicial, terá que haver acordo e era isso que estava em causa. Adiantou que lamenta a saída do ex-Presidente da Junta de Freguesia e que respeita integralmente a sua decisão. Relativamente à questão das "negocintas", remeteu explicações para os dois ex-presidentes de Junta, Dr. Paulo Ranito e Dr. José Mota, que foram as pessoas que tentaram negociar o terreno em causa. Relativamente às águas de Gandra, garantiu que as mesmas pertencem e vão continuar a pertencer à Junta de Freguesia de Gandra e que o Município não deixará de apoiar como aconteceu recentemente aquando dos problemas de falta de água na freguesia de Gandra. Deixou claro que mantém total confiança política no vereador Dr. Renato Almeida. Quanto aos pagamentos às Corporações de Bombeiros, esclareceu que os mesmos estão atribuídos como sempre estiveram. Quanto aos acessos à Cidade Desportiva que irá funcionar como apoio à formação e à equipa sénior, informou que começarão a ser feitos a partir de janeiro próximo com a execução de uma rotunda de ligação ao local. Quanto à CESPU, disse que não existem quaisquer problemas e que tem novos projetos que, por questões de falta de terreno, não podiam ser desenvolvidos na cidade de Gandra e, dado o facto de possuir terrenos em Paredes, começou a desenvolvê-los em Paredes. Afirmou que o que a Câmara Municipal não podia permitir era que algum destes projetos fosse ou para Penafiel ou para Famalicão como aconteceu no passado. No que concerne à Unidade de Valorização de Resíduos Orgânicos, referiu que desde o primeiro momento ficou claro para si que não haveria qualquer risco para a saúde pública. Esclareceu que os estudos elaborados pela Universidade de Aveiro determinaram que esta infraestrutura vai operar com base em 4 sistemas de biofiltros que era a questão mais sensível com vista à eliminação dos odores. Referiu que o *cenário 1* diferenciava o nível de proteção, o nível de salvaguardas e que o *cenário 4* que vai ser adotado pela AMBISOUSA, é aquele que oferece as maiores garantias de salvaguarda na questão dos odores e são investimentos que já existem na LIPOR em Ermesinde e numa unidade semelhante em Mirandela. Acrescentou que muitas outras unidades vão ser postas a funcionar pelo País, pois que, a partir de 2024 não será possível



depositar os resíduos orgânicos e os verdes em aterros. Sublinhou que assim sendo, ou se valorizam os resíduos orgânicos e com isso se produz biogás que poderá ser consumido pelas viaturas de recolha do lixo, ou terão que ir para incineração e isso custará mais caro. Disse não ter dúvidas de que, com a vinda da Unidade de Valorização de Resíduos Orgânicos para Baltar, a sede da AMBISOUSA vai passar a ser em Baltar, com isso serão criados postos de trabalho e que outras empresas se fixarão no local. Quanto à intervenção da deputada Sara Castro, referiu que também se congratulou com as comemorações do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres e que assim será no futuro dado ser um tema que não pode ser esquecido. Às questões colocadas pelo deputado Jorge Ribeiro da Silva, disse que tudo o que foi dito foi completamente absurdo, pois que, a Câmara Municipal já apoia os jovens em Paredes com uma série de subsídios e apoios a investimentos. Relativamente às obras do Tribunal, revelou que o projeto está feito e que a Câmara está a aguardar por fundos comunitários para a sua execução. Agradeceu a intervenção da deputada Cátia Silva e no que concerne às questões colocadas pela deputada Lurdes Meireles, adiantou que o Município tem um maior contacto com os centros de saúde embora só intervenha ao nível da manutenção e dos assistentes operacionais e concordou com a sugestão de que, com horários mais alargados, se poderá auxiliar as urgências hospitalares. Disse não ter dúvidas de que com a nova gestão do SNS, muitas decisões passarão pelo alargamento dos horários. Às questões colocadas pelo deputado Manuel Gomes, referiu que talvez se estivesse a referir a um Suplemento especial que saiu no jornal desportivo “O Jogo” para assinalar o aniversário do União Sport Clube de Paredes e a inauguração do Estádio das Laranjeiras. Acrescentou que irá confirmar se foi pago algum valor pelo anúncio da inauguração do estádio, mas que, uma vez que já foi solicitado, posteriormente dará essa informação do valor que o Município investiu em publicidade. Relativamente à situação das estradas, observou que em tempo de Inverno é natural que o piso se degrade e que não é possível repará-las o que acontecerá em março/abril quando o tempo o permitir por administração direta e que assim sendo, as intervenções mais urgentes serão ao nível das vias prioritárias. Realçou que propositadamente em 2022 foram feitas menos pavimentações dada a grande subida do preço do betuminoso, mas que em 2023, com os preços mais equilibrados, o Município irá retomar essas pavimentações.



## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 1 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia, para conhecimento, o relatório de Atividades Municipais e Situação Financeira do Município.

### 2 - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2022/09/30 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia aprovou por maioria dos 41 membros presentes, a *“ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022”*, com 40 votos a favor das bancadas do PS, PSD, CDS-PP, da coligação “Juntos Por Paredes” e do Movimento Independente, SSMI e 1 abstenção da deputa Ana Raquel Gomes Coelho, da bancada do CDS-PP.

### 3 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2023 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

José Garcez (CDS-PP) – Cumprimentou os presentes e referiu que o Presidente da Câmara deveria apresentar o estudo relativo à Unidade de Valorização de Resíduos Orgânicos e sugeriu a criação de uma Comissão do Ambiente para se abordar de forma clara não só esta como também a questão da poluição do Rio Ferreira. Relativamente ao assunto ora em discussão, observou que o CDS sempre foi defensor da municipalização das águas e que apesar do visto do Tribunal de Contas, sempre defendeu que o Resgate não era a melhor forma de o fazer e que esperava que a indemnização não custasse ao Município nem 100 nem 90 milhões de euros. Lembrou que o Presidente da Câmara anunciou a municipalização das águas para janeiro/2021, posteriormente para 2022 e agora para 2023 e que o Tarifário Social da Água ainda está para ser aprovado. Perguntou como é que o serviço de águas vai estar municipalizado se o Tarifário Social ainda não está aprovado desde 2017 ou 2018? Questionou também se no Orçamento/2023 já está contemplado o valor a pagar à Be Water? Acrescentou que em 2020, a Assembleia aprovou um



Orçamento com uma determinada taxa Euribor e que agora, para 20 milhões de euros a taxa Euribor pode ascender a 8% segundo as previsões do BCE. Observou que aos 20 milhões de euros ainda podem crescer quase 2 milhões de euros relativamente ao que era previsto no passado e que na rubrica *juros e outros encargos* do Orçamento para 2023 não vê inscritos os 2 milhões de euros. Afirmou que, no fundo, se vai votar um Orçamento que provavelmente não está enquadrado com o que é a realidade e com o que é assumido na remunicipalização do serviço de águas. Inquiriu se esta situação estava ou não contemplada e como vai ser acautelada num Orçamento desta envergadura?

**Cecília Mendes (Juntos Por Paredes)** – Afirmou que este Orçamento apresenta, mais uma vez, receitas na rubrica *Ativos Financeiros*, no valor superior a onze milhões de euros, que considerou ser um valor este ilusório. Justificou com o facto de, analisando a prestação de contas dos últimos anos, a autarquia não teve estas receitas, nem as terá no próximo ano e que assim se comprova a continuação do empolamento no lado das receitas do Orçamento. Disse que em nome da transparência e da legalidade, a coligação Juntos Por Paredes exige o fim dos orçamentos fictícios. Acusou o Grupo Municipal socialista de, em sessão anterior da Assembleia, parecer não querer acreditar que o município tem um passivo superior a duzentos milhões de euros, mas que podem acreditar. Adiantou que basta analisar o documento ora em discussão, para perceber que existem na listagem de *passivos contingentes*, página 247, e citou: “*Ação administrativa para impugnação de ato administrativo, anulação de deliberações municipais*”, ação essa que prevê uma contingência na ordem de 91 milhões e 600 mil euros. Questionou sobre qual a razão desta ação? Terá a ver com o processo da Be Water? Saliou que se se somar a este valor o valor dos empréstimos, na realidade o passivo andarà na ordem dos 200 milhões de euros, o dobro do passivo que o Presidente da Câmara tanto criticou no passado e que sempre afirmou que, tal como se se pode verificar por estes documentos, infelizmente não corresponde à verdade. Manifestou a sua satisfação pelo facto de, no presente ano, ter sido dado cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição por parte do executivo. Acrescentou que tal facto permitiu, pelo menos, que pudessem ser apresentadas um conjunto de propostas que considerou importantes para atenuar as dificuldades que as famílias paredenses estão a passar e que infelizmente podem ainda ser maiores com a possível recessão económica que se prevê para 2023. Disse ter ficado na altura com a impressão de alguma recetividade por parte do executivo em implementar algumas dessas medidas, mas que, infelizmente, foi apenas e só uma impressão. Lamentou o facto das propostas



apresentadas, na sua maioria, terem sido esmagadas pelo rolo compressor da maioria socialista, desvalorizando assim praticamente todos os contributos do Grupo Municipal “Juntos Por Paredes”. Sublinhou que se prevê neste Orçamento um aumento das receitas com impostos para 2023 superior a 1 milhão e 200 mil euros valor que permitiria ao executivo abdicar de parte desta receita para ajudar diretamente as famílias e as empresas paredenses. Questionou, então, qual ou quais as razões da não aceitação da proposta de redução da taxa de participação no IRS para 4%, devolvendo-se assim, diretamente, mais de 400 mil euros aos paredenses? Salientou que gostaria de ver neste Orçamento um verdadeiro programa de apoio à aquisição de habitação e por isso questionou: Porque não se isenta de IMT e se aplica uma Isenção temporária do IMI, para além do período já atribuído em 2 anos, aos jovens até aos 35 anos que adquirem a sua primeira habitação permanente no Concelho, uma medida que a médio prazo teria retorno financeiro para o município? Apesar de reconhecer o aumento da verba para a Ação Social, considerou-o ainda assim escasso. Adiantou que para além das medidas já referidas, era importante a implementação, de uma vez por todas, da Tarifa Social de Água e Saneamento de forma automática, e a devolução do valor pago da Tarifa Social, com retroatividade de um ano, às famílias que poderiam ter usufruído desse direito no ano de 2022. A nível da habitação social e de arrendamento a custos controlados, afirmou que pretende, no âmbito do PRR, um investimento bem mais ambicioso do que os 11 milhões de euros previstos atualmente pelo Município pelo que o Concelho não pode perder esta oportunidade. Sublinhou que o executivo continua a apostar em políticas que não têm efeitos relevantes ao nível dos apoios às empresas, à competitividade das mesmas e ao emprego.

**David Ferreira (PSD)** – Referiu que da análise deste Orçamento para o ano de 2023 se deteve na mensagem do Presidente da Câmara e lamentou o facto de, num documento tão extenso, apenas existirem duas linhas dedicadas ao apoio social às famílias. Alertou para o facto num ano em que se prevê vir a ser um dos mais difíceis desde que há memória, voltou o chavão da estagflação facto que não acontecia há décadas, ou seja, um crescimento zero ou próximo de zero aliado a uma inflação elevada. Acrescentou que a correr bem e não existindo recessão, apenas afetará e de forma brutal os rendimentos das pessoas esperando-se que parte significativa da população tenha dificuldades em garantir o mais básico, alimentação e saúde, facto que tornará a vida extremamente difícil no próximo ano. Advertiu para o facto de, numa altura extremamente complexa, grande parte dos municípios estar a aplicar medidas concretas de apoio à população, estruturadas e pensadas para cada caso, planeando o que poderá acontecer e assim estarem



preparados com a alocação de verbas significativas nos seus orçamentos. Criticou o facto de em Paredes o executivo apenas ter dedicado duas linhas ao tema dizendo que o apoio é o dobro daquele que foi concedido no ano anterior. Acrescentou que o dobro de nada continua a ser nada, que o dobro de pouco continua a ser pouco e que o que se fez foi muito pouco pelo que se exige muito mais no apoio às populações. Referiu que estando ainda na segunda página do Orçamento e faltando mais de 250 páginas, acreditou que o executivo não iria mais além neste tipo de apoios e que pretendia certamente aplicar uma política mais direta que passaria pela colocação de mais rendimentos à disposição das pessoas em vez da atribuição de subsídios. Observou que tendo os municípios alguma capacidade de aumentar os rendimentos das pessoas por via da redução das famosas taxas, taxinhas e impostos, bem como da devolução de parte desses impostos, designadamente o IRS, por certo não iriam abandonar os seus munícipes num momento como aquele que se vive. Adiantou que após a desilusão com os apoios sociais às famílias, foi com espanto e choque que se deparou com um brutal aumento dos impostos. Sublinhou que nem a TROIKA iria tão longe e que os tais impostos taxas e taxinhas aumentam 10% que, a somar à inflação na mesma percentagem, provocarão um rombo nos rendimentos das famílias. Questionou como conseguirá o Presidente da Câmara explicar à população que, para além de nem sequer ter preparado apoios sociais condignos para a situação de emergência que aí vem consegue ao mesmo tempo aumentar de forma brutal os impostos? Afirmou que o executivo prevê aumentar a arrecadação do IRS que deveria ser entregue aos munícipes em 25%, e que, para além de nada devolver, como deveria, pretende retirar 25% e solicitou explicações quanto à forma como pretende o executivo obter este aumento de 25%, sendo que, a sobreorçamentação não valerá como resposta. Relativamente ao IMT, salientou que a procura de habitação nova caiu 40% nos meses de outubro e novembro quando comparado em termos homólogos com o ano anterior. Inquiriu, então, ainda assim, o executivo pretende aumentar esta receita em cerca de 800 mil euros? Como pretende fazê-lo? Mais uma vez, a sobreorçamentação não valerá como resposta. Realçou que o brutal aumento de impostos que o Presidente da Câmara e o executivo decidiram implementar é superior as 1 milhão e 200 mil euros que servirá para pagar a despesa corrente que decidiram aumentar de forma completamente descontrolada. Observou que o aumento da despesa se cifra na ordem dos 13 milhões de euros e que só a despesa corrente aumenta 9 milhões de euros. Reconheceu o impacto proveniente da delegação de competências e a este propósito, por uma questão de transparência, solicitou ao Presidente da Câmara que informasse sobre qual o



impacto nas principais rubricas das delegações de competências. Adiantou que as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços aumentaram quase exatamente o mesmo montante, 7 milhões de euros, ou seja, um aumento de cerca de 14 milhões de euros. Fez notar que as receitas com transferências de capital aumentam apenas 5,5 milhões de euros pelo que existe uma diferença gigante que alguém terá de pagar. Disse ter sido interessante constatar o que está escrito no documento ora em discussão, *"aposta na continuidade da contenção da despesa corrente...para reforço da poupança já alcançada"*, bem como um aumento da despesa corrente de 9 milhões de euros e que estava certo de que quem escreveu tão bem os textos não teve acesso aos quadros. Ainda no que diz respeito às despesas com pessoal, apesar do aumento de 7 milhões de euros, salientou que certamente não será tudo justificado com as delegações de competências e muito menos com os aumentos atribuídos pelo Governo à função pública. Lembrou que, m reunião de Câmara, o PSD propôs um aumento superior àquele que foi atribuído. Solicitou ao Presidente da Câmara que, para além das questões já colocadas, informasse também sobre qual o montante que a autarquia vai suportar em favor do Governo pela delegação de competências, pois que, parece existir uma diferença brutal. Questionou porque têm de ser os paredenses a assumir tal encargo quando deveria ser a Administração Central? Relativamente ao investimento afirmou que muitas vezes, e bem, é dito que existe continuidade na aposta do investimento e reconheceu que, de facto, existe alguma obra. Questionou sobre qual a percentagem do valor do investimento sobre o total do Orçamento nos últimos anos? Considerou que neste aspeto serão enormes as surpresas. Acusou o executivo de falta de ambição quanto ao investimento, pois que, a aposta no investimento poderia e deveria ir muito mais além ao invés de se aumentar continuamente a despesa corrente. Quanto à falta de ambição, lembrou que em comparação com outros municípios, o Município tem talvez o maior executivo com vereadores a tempo inteiro. Adiantou que a autarquia tem à sua disposição muitos milhões de euros através do P2020, o P2030 e o PRR que como se sabe, foi dedicado ao Estado na sua quase totalidade. Questionou o Presidente da Câmara se achava que estava a fazer suficiente e se com uma equipa de vereadores desta dimensão, com os recursos disponíveis não deveria ser mais ambicioso? Exemplificou com a questão da eficiência energética e com os muitos equipamentos de que o Município dispõe que na sua esmagadora maioria foi feita no tempo dos que nada faziam. Perguntou por que não usar o PRR para tornar o Município energeticamente eficiente e sustentável com fundos disponíveis que chegam aos 80% a fundo perdido. No que concerne à habitação social, referiu que infelizmente





existem mais de 1000 pedidos de habitação social no Município. Observou que a autarquia dispõe de zero ou quase zero ao contrário de vários municípios vizinhos que estão a usar o PRR e investimentos de dezenas de milhões de euros para colmatar esta grave lacuna e ir ao encontro das necessidades das suas populações e Paredes contenta-se com o realojamento da Comunidade Cigana. Defendeu que a Câmara pode e tem de ir mais longe e que para tal bastava ambição, pois que, tanto as ferramentas como o dinheiro estão à disposição. Quanto aos *ativos financeiros*, realçou que esta é a rubrica que antes era um crime e que agora passou a ser um ato de gestão, mas que, querendo e parece que não quer, o Presidente da Câmara pode encerrá-la. Defendeu que a execução orçamental do Município tem sido paupérrima, cerca de 60% e acusou o Presidente da Câmara de manter esta rubrica apenas para o caso de acomodação de custos. Reiterou que este é um Orçamento que comporta um brutal aumento de impostos, compensado com um brutal aumento da despesa corrente e que no fim, a diferença vai ser bastante negativa e que alguém terá de a pagar. Lembrou que o Município encerrou o ano transato com um prejuízo de 2 milhões de euros, sendo que, conforme o parecer do Auditor Externo, não foram incluídos os 920 mil euros, para os quais muitas vezes solicitou esclarecimentos que não foram prestados pelo Presidente da Câmara. Acrescentou que estava a falar de mais de 3 milhões de euros negativos e que todos sabem o que acontece quando, ano após ano, o Município acumula resultados negativos e que, infelizmente, pela análise do presente Orçamento, não será diferente.

**Rui Silva (PS)** – Referiu que após ter analisado a posição do executivo e a do partido da oposição, só pode concluir que a oposição pretende a quadratura do círculo. Acrescentou que, por um lado não discorda de qualquer obra apresentada e orçamentada para 2023, o que só demonstra a qualidade e capacidade de análise do executivo relativamente ao desenvolvimento pretendido para o Concelho, bem como às carências que subsistem em alguns aspetos. Adiantou que, por outro lado, pretende a diminuição das receitas, pois que pretendia que a venda de ativos financeiros fosse zero. Questionou porque razão anteriormente votavam a favor dos orçamentos quando essa receita era o dobro, superior a 20 milhões de euros? Afirmou que a oposição pretende que não sejam cobrados impostos, alguns dos quais se encontram já no mínimo permitido por Lei ou há isenção do seu pagamento como é o caso da Derrama para as micro ou pequenas empresas com faturação até 150 mil euros. Lembrou que a taxa de IMI permanece no mínimo permitido ao contrário do que aconteceu no tempo do PSD que estava no máximo e que agora pretende a isenção de alguns ou a sua redução em 5%, no caso o IRS. Realçou que este



imposto só é pago de forma mais significativa por quem tem mais rendimentos e acusou o PSD de pretender que o Município prescindisse desta receita deixando de conceder ou diminuindo o apoio a quem realmente dele mais precisa. Referiu que o PSD defende que quem mais ganha deve pagar menos impostos e quem tem menores rendimentos deve deixar de ser apoiado, é a chamada *lei do funil*, o lado largo para uns e o estreito para outros. Afirmou que a criatividade do PSD vai ainda mais além, pois que, parece pretender que os funcionários municipais reduzam o seu salário por entenderem que as despesas do Município com o pessoal aumentaram exponencialmente. Salientou que o PSD, por um lado, não demonstra onde há funcionários a mais o que pressupõe que todos são necessários, mas por outro lado consideram exorbitantes as despesas com salários, as mesmas só poderiam ser reduzidas através de hipotéticos cortes salariais, mas que felizmente tal facto não é possível e nem lhe foi concedida força política para tal. Considerou que o PSD deve achar que os funcionários auferem salários elevados e acima da média portuguesa o que não é o caso. Afirmou que todos têm uma preocupação social muito grande, pois que, ninguém é alheio ao momento conturbado que o mundo atravessa, com a crescente globalização onde as coisas boas e más chegam mais rapidamente. Realçou que ninguém pode abstrair-se deste facto e fingir que não vê os efeitos negativos da guerra na Europa e os efeitos da inflação, como se tudo isto passasse ao lado, mas não passa, quer enquanto cidadãos, quer enquanto representantes do Povo que espera de quem elegeu uma resposta aos problemas que surgem no seu dia a dia. Observou que na parte social, Paredes vai executar o maior investimento de sempre porque, além de dobrar o valor dos apoios, dos 308 municípios, é o que tem mais candidaturas aprovadas para as IPSS. Defendeu que estas candidaturas só mereceram aprovação porque foram corretamente apresentadas e foi provada a sua necessidade e porque o executivo sabe que cerca de 30 a 40% em média do valor total, será o encargo que sobrar para as IPSS. Salientou que o Município não deixará que as mesmas não sejam executadas por falta de tais verbas e assim sejam postas ao serviço dos mais carenciados. Refutou a ideia de que este facto não é apoiar aos cidadãos e lembrou que pela primeira vez será concedido um Cheque-Prenda ao Recém-Nascido em Paredes, como forma demonstrativa da vontade no crescimento da população do Concelho. Referiu que estão previstas obras todo o Concelho e que todas as freguesias serão contempladas graças a uma distribuição justa e assertiva, continuado a ser percorrido o caminho do desenvolvimento planeado, sustentado e equilibrado procurando diminuir e extinguir as assimetrias existentes. Realçou que para que tal seja possível, para além do



investimento direto do Município, as freguesias e associações continuarão a ser contempladas com a política da delegação de competências e consequente transferência de recursos financeiros posta em prática desde que o Partido Socialista chegou ao poder em Paredes, facto que considerou irrefutável. Destacou que este é o maior Orçamento que o Executivo do Partido Socialista apresenta desde que venceu as eleições de 2017, facto que se deve a duas razões: por um lado, à delegação de competências do Governo para as autarquias locais e por outro lado, o facto de ser o ano com maior volume de obras a decorrer em simultâneo. Observou que para isto muito contribuíram as candidaturas apresentadas pelo Município e aprovadas em devido tempo no Quadro Comunitário 2020 que terminará no próximo ano, bem como as obras aprovadas pelo PRR que está a ser iniciado. Referiu que este será um ano de obras há muito adiadas e desejadas e que serão uma realidade, nomeadamente o realojamento da Comunidade Cigana, a requalificação do Mosteiro de Vilela e do antigo liceu de Baltar, o início de mais obras de água e saneamento, a edificação de novos parques urbanos e a inauguração do Auditório Municipal e Centro de Congressos de Paredes. Salientou que tudo isto vem numa lógica do aumento do bem-estar dos munícipes e na imposição de uma marca identitária do Concelho, dotando-o de um conjunto de ofertas diferenciadoras nesta região, atraindo assim novos públicos e visitantes. Realçou que este é um Orçamento Previsional para 2023 no qual estão incluídas as grandes opções de desenvolvimento, de equilíbrio financeiro, de capacidade de adaptação às circunstâncias imprevistas que possam surgir. Destacou a primordial preocupação que são as pessoas e as famílias que nunca deixaram de ser apoiadas na medida das suas necessidades e de uma forma pronta e célere. Citou, entretanto, as palavras do Presidente da Câmara na apresentação do Orçamento para o ano 2023, *"...é um Orçamento de continuidade dos investimentos por todas as freguesias, com grandes preocupações sociais e a manutenção da carga fiscal no mínimo e que este Executivo uma vez mais se propõe, com enorme sentido de responsabilidade e rigor, fazer com verdade."* Acrescentou que pelas razões mencionadas, o Grupo Municipal do Partido Socialista votará a favor do Orçamento e esperando que as restantes forças partidárias tomem a mesma posição, pois que, este é um Orçamento de todos e para todos.

Gil Machado (PSD) – Cumprimentou os presentes e referiu que este é um Orçamento com pontos positivos e destacou as obras em curso no sul do Concelho, designadamente a construção do saneamento e passeios em Recarei e Sobreira e as duas obras projetadas que espera ver iniciadas em 2023, no caso, a construção da rua que liga a EN319 ao Centro Escolar de Recarei e a



construção da nova ponte sobre o Rio Sousa em Alvre – Aguiar de Sousa. Relativamente aos apoios sociais diretos às famílias e apesar de o montante do valor passar para o dobro, 400 mil euros no total, o mesmo não deixa de ser um valor modesto considerando que se vai entrar no ano mais difícil talvez dos últimos 30 anos, juntando as taxas Euribor na ordem dos 4,5%, com taxas de inflação na ordem dos 25%, se se considerar apenas cabazes de bens alimentares. Defendeu que mais modesto se torna este valor quando o Município prevê arrecadar cerca de 500 mil euros a mais através da taxa de participação no IRS e que aqui o executivo poderia atuar de forma diferente. Afirmou que o Município dispôs de uma oportunidade única para reduzir em cerca de 1,5% e com isso arrecadar exatamente o mesmo montante arrecadado em 2022, sendo que, com uma taxa de participação inferior aos 5%, o Município estaria a proporcionar benefícios fiscais a 85% dos jovens até aos 30 anos que estão na vida ativa. Realçou que grande parte destes jovens não beneficiam de qualquer benefício fiscal dado pelo Município uma vez que apenas 20% têm habitação e como tal, os restantes 80% não estão a beneficiar da redução do IMI em vigor o Concelho de Paredes. Disse não concordar com a justificação de que se está a penalizar os ricos e a ajudar os pobres, pois que, se está a prejudicar quem tenha rendimentos no valor de 764 € a partir do qual se desconta IRS e como tal, esses contribuintes também sairiam a ganhar com uma taxa de participação no IRS inferior aos 5%. Considerou que o Plano de Atividades e Orçamento carece de uma medida robusta e abrangente para os reformados do Concelho, nomeadamente àqueles cuja pensão de reforma é menor ou igual à IAS (Indexante de Apoios Sociais) que no próximo ano será de 480 €. Salientou que a maioria destes reformados também não tem qualquer apoio fiscal ao nível do Município uma vez que grande parte não paga IMI dado que, como se compreende, a sua habitação tem um valor patrimonial inferior aos 66.000 € e estão isentos por Lei. Questionou se o executivo não teria num Orçamento de 92 milhões de euros um valor para acomodar, por exemplo, a isenção da TRSU para estes reformados? Sugeriu ao executivo a implementação desta medida.

**Armando Leal (PS)** – Referiu que as dúvidas da bancada do PSD se prendem sobretudo com o aumento daquela que foi a coleta de impostos estimada para o ano 2023, mas que mentem porque fazem transparecer que existe um aumento da taxa. Realçou que o IUC, o IMT e a Derrama, que são impostos que provêm da dinâmica económica, aumentam única e exclusivamente porque existe interesse em investir no Concelho de Paredes, quer de investidores do Concelho, quer do exterior. Lembrou que no que diz respeito ao IMI, que é um imposto que compete à Câmara



decidir aplicar no máximo ou no mínimo, o PSD deixou-a no máximo reduzindo-a apenas no ano 2017 com propósitos eleitorais. Observou que o Partido Socialista se comprometeu e cumpriu em baixar a taxa de IMI para o mínimo, com uma perda de 350.000 € para o ano 2023 e por isso, esta é uma opção gestonária que diz respeito ao executivo que pode com ela prosseguir. Adiantou que os deputados do PSD se apresentam como pretensos especialistas em todas as matérias e por isso consideram razoável propor um aumento de salários à autarquia quando esta não tem influência direta no assunto. Sublinhou que os salários na função pública estão tabelados e correspondem à avaliação que provém do SIADAP se houver alguma progressão. Considerou falacioso que a bancada do PSD procure enganar os paredenses e também os funcionários da autarquia alegando que estes poderiam auferir um salário maior. Relativamente ao IRS, reconheceu legitimidade aos que propõem a sua descida, mas alegou que é isso que deixa o PS precisamente nos antípodas da defesa social. Realçou que enquanto o PSD prefere que as pessoas caminhem sozinhas e valham por si próprias, o que o PS pretende é que cada um valha aquilo que pode contribuir para a comunidade e que é por isso que o Partido Socialista defende que a taxa do IRS, que é um imposto progressivo e aplica justiça social, deve ser mantido no máximo.

**Presidente da Câmara** - Referiu que este é, efetivamente o maior Orçamento apresentado pelo executivo que lidera desde 2017, porque é o primeiro ano completo em que o Município vai ter que desempenhar as competências que lhe foram delegadas pelo Governo. Acrescentou que por isso é previsível que haja aumento das despesas e receitas correntes uma vez que o Município vai pela primeira vez passar a pagar os salários aos colaboradores das escolas, a manutenção dos estabelecimentos de ensino EB2/3, os salários dos assistentes operacionais dos centros de saúde, bem como a sua manutenção. Observou que para além disso, o Município recebeu competências também na área social e, portanto, muitos dos programas de apoio no âmbito da Ação Social são desenvolvidos pelas IPSS a quem vamos delegar depois essa competência, o RLIS, o CLDS. Esclareceu que a Câmara é um mero recetor das respetivas verbas que posteriormente as encaminhará para as devidas instituições. As despesas com pessoal sobem de 13 milhões de euros em 2022, para 20 milhões de euros em 2023. As aquisições de bens e serviços aumentaram de 18 para 24 milhões de euros. Estas previsões estão relacionadas com o pagamento dos salários e dos serviços que a Câmara vai ter que assumir. Por sua vez também a Câmara irá receber mais receita do Estado. Realçou que 2023 vai ser o ano em que o Município vai ter um maior volume de obras



em curso, porque está a terminar o QCA 2020 e existem ainda projetos que estão a ser desenvolvidos com este apoio como são os casos do Auditório Municipal, os passeios que estão a ser executados nas várias freguesias receitas essas que o Orçamento prevê. Informou que este é um Orçamento no qual estão previstos investimentos com o apoio do PRR, nomeadamente a construção de habitação social em Paredes para o realojamento da Comunidade Cigana, para além de outros investimentos nesta área não só em Paredes como também noutras freguesias. Ressalvou que o documento ora em análise demonstra que houve preocupações, quer em termos fiscais, quer em termos de apoios sociais. Salientou que em termos fiscais se manteve a taxa de IMI no mínimo. Quanto à taxa do IRS, foi entendimento do executivo que reduzi-la só beneficiaria quem mais IRS paga e quem mais rendimentos auferem. Justificou com o seu caso pessoal em que paga cerca de 10 mil euros de impostos por ano. Se baixasse 1% teria uma poupança de 100 € ao contrário de alguém que paga 100 € de impostos por ano, que pouparia 1 €. Questionou se os deputados achavam justo? Defendeu que quem beneficiaria eram justamente os contribuintes que mais rendimentos auferem e que o que o Município ia perder receita e que esta iria parar aos bolsos de quem mais tem em Paredes. Relativamente à questão dos juros com o pagamento do Resgate, esclareceu que o Orçamento prevê, quer os pagamentos da parte de capital do empréstimo, quer o pagamento de juros. Lembrou que os juros previstos no Orçamento de 2022 eram de 457.053 € e que se prevê pagar em 2023 o valor de 1 milhão 987 mil euros de juros, ou seja, quatro vezes mais, porque há maior volume de empréstimo e também devido à subida da taxa de juro e que tudo está salvaguardado no Orçamento. Refutou a acusação do aumento do passivo para os 200 milhões de euros. O empréstimo para o Resgate é para ser pago ano após ano. Defendeu que as preocupações com as questões sociais estão perfeitamente salvaguardadas no Orçamento com uma verba de 400 mil euros, o dobro de 2022. Advertiu que o valor pago em ação social não se limita aos 400 mil euros. A nível nacional, Paredes foi o Concelho que mais candidaturas viu contempladas em termos de Ação Social no âmbito do PRR. Afirmou que para que tal acontecesse, foram disponibilizados os serviços municipais para que algumas IPSS pudessem executar os projetos de arquitetura e submeter candidaturas com o apoio e a expensas da Câmara. Sublinhou que este apoio resultou em 1 ERPI (Lar de Idosos) para Beire, 1 ERPI para a Sobreira, (APDIS), 1 ERPI para a Sobreira (S. Pedro), 1 ERPI para Bitarães (Casa do Povo), 1 Centro de Dia e Apoio ao Domicílio para Vilela, 1 ERPI para Cete, 1 Centro de Dia e Apoio ao Domicílio para Paredes (OCDP) e 1 ERPI para Sobrosa. Realçou que para além do apoio na



tramitação processual, a autarquia apoia na parte que não é comparticipada. Esclareceu que numa candidatura de 1 milhão de euros, que tem um apoio de 700 mil euros, obriga a que a candidata desembolse uma tranche de 300 mil euros. Numa 1ª fase, as IPSS não conseguem pagar enquanto não estiverem ativas e que será o Município quem garante esse pagamento. Todos estes apoios custarão aos cofres do Município cerca de 2 ou 3 milhões de euros no ano que vem. Salientou que no Orçamento existe uma rubrica na qual está inscrita uma verba que no ano passado era de 5 milhões e 300 mil euros e que foi agora aumentada para 6 milhões de euros. Referiu que este montante tem a ver com a delegação de competências que se traduz na transferência de obras a realizar por outrem, juntas de freguesia ou associações culturais ou desportivas e a consequente transferência de verbas. Sublinhou que a aposta na transferência de competências para as juntas de freguesia vai continuar em 2023 não só porque foi uma aposta conseguida como também porque permite às juntas de freguesia a execução de algumas obras de forma mais célere. Salientou que a Câmara Municipal estará concentrada na edificação de algumas grandes obras como é o caso do Museu do Mobiliário em Vilela, da requalificação da antiga escola em Baltar, da reabilitação da ponte sobre o rio Sousa em Alvre, do acesso ao Centro Escolar da Sobreira, da Casa Mortuária em Rebordosa, da recuperação da Alameda em Lordelo, entre outras que acontecerão em todas as freguesias. Não sobrará muito tempo para execução de pequenas, mas importantes obras como a pavimentação de ruas e adiantou que a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, nos clubes e associações terá continuidade. Vão avançar as obras de construção de sintéticos em Gandra, Lordelo, Rebordosa, Duas Igrejas e Beire. Relativamente à falta de apoio aos jovens, referiu que os jovens moram com os pais que já pagam IMI e como tal estão a ser beneficiados além de que foi agora instituído pela Câmara Municipal o apoio à natalidade.

**Presidente da Assembleia** – Referiu que é reconhecido que há muito por fazer e que é sensato pensar que há coisas que são possíveis de fazer no tempo previsível de um ano (2023) e que outras terão que aguardar a sua oportunidade. Também é compreensível que há situações que não dependem da Câmara Municipal. Deu como exemplo, a reabilitação das estradas nacionais e o caso do alargamento dos horários dos centros de saúde, que alguns exigem, mas que a Câmara Municipal não pode satisfazer. Apenas pode intermediar e sugerir. Quem decide e executa são as estruturas do Governo central.

A Assembleia aprovou por maioria dos 42 membros presentes, os *“Documentos Previsionais*



*para o ano de 2023 com todas as propostas nele incluídas”, com 31 votos a favor das bancadas do PS e do Movimento Independente, SSMI, 8 votos contra das bancadas do PSD, CDS-PP e da coligação “Juntos Por Paredes” e 3 abstenções dos deputados António Manuel de Bessa Oliveira e dos presidentes de Junta de Freguesia de Duas Igrejas e de Vilela, Luís Filipe Coelho Barbosa e Fernando Nuno Leal Lamas Serra, respetivamente, da bancada do PSD.*

**Declaração de voto do deputado David Ferreira (PSD)** – Parafraseando o comediante Ricardo Araújo Pereira *“Isto é gozar com quem trabalha”*. O aumento de 25% no IRS não foi explicado pelo Presidente da Câmara. Ou é sobre orçamentação ou então está a retirar-se rendimentos aos cidadãos. Considerou que a previsão do aumento da despesa corrente foi brutal. Algo que também não foi explicado quanto à parte respeitante à delegação de competências apesar de ter sido perguntado. Considerou que na parte do apoio às pessoas ainda falta planeamento, estratégia e falta prever o que aí vem. Justificou que foi por estas razões que a bancada do PSD votou contra.

**Declaração de voto da deputada Cecília Mendes (Juntos Por Paredes)** – Referiu que a Coligação Juntos Por Paredes não aceita a falta de transparência do executivo pois que surgem dúvidas que levam a questionar a legalidade. Reforçou o facto de a autarquia ter atualmente um passivo na ordem dos duzentos milhões de euros posição que ratificou. Sublinhou que não obstante o aumento das receitas fiscais, na ordem de um milhão e duzentos mil euros, o executivo não foi capaz de abdicar de parte desta receita para ajudar diretamente as famílias e as empresas paredenses. Adiantou que por esse motivo continua a ser um Orçamento que peca pela continuidade de pouco apoio às famílias, às empresas, às associações e ao investimento na juventude, numa sociedade civil que se pretende mais ativa e mais capaz. Salientou ainda que, no fundo, este Orçamento comprova o facto de que falta um plano estratégico para o desenvolvimento do Concelho de Paredes.

**Declaração de voto do deputado Nuno Serra – Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo (PSD)** – Referiu que o último ato eleitoral definiu uma solução governativa inédita na cidade de Lordelo, mas que resulta de uma escolha democrática e livre dos lordelenses. Acrescentou que, respeitando aquilo que foi a vontade popular era importante fazer um balanço e prestar contas à população nesta nova realidade que tem sido para si um enorme desafio, mas também uma experiência bastante enriquecedora e que se tem revelado muito positiva. Disse compreender que,





do ponto de vista político, possa parecer uma solução estranha ou até contranatura, porém, quando unidos por uma enorme vontade em contribuir para o desenvolvimento da cidade de Lordelo e da qualidade de vida dos lordelenses, esta solução pode, no final do mandato, ser premiada por um mandato histórico. Realçou as boas relações e a cordial articulação institucional com a Câmara Municipal que têm resultado em melhores condições para a Junta de Freguesia de Lordelo com novos contratos de delegação de competências, mais projetos e o compromisso de obras como a requalificação do Jardim Central e áreas envolventes, o mercado de Lordelo, a zona envolvente da Torre dos Alcoforados, a construção de uma nova Capela Mortuária e o alargamento do cemitério, a requalificação de toda a zona ribeirinha do Rio Ferreira após a resolução do problema com a ETAR, o alargamento da rede de água e saneamento e a construção de uma nova ponte que ligará o Jardim Central à Alameda de Portugal entre outras. Observou que estes são os compromissos da Câmara de Paredes e da Junta de Freguesia de Lordelo que resultam pelo facto de se ter conseguido ultrapassar muitas das diferenças existentes focando apenas naquilo que é essencial, esquecendo o acessório. Realçou que este facto levou à atribuição de um voto de confiança ao executivo com a sua abstenção subentendendo-se com isto que, não sendo mau, o bom e o ótimo são ainda um caminho a percorrer até ao final do mandato.

**Declaração de voto do deputado Rui Silva (PS)** – Referiu que após a discussão e as explicações dadas, a frase que sintetiza o que se esteve a fazer foi proferida pelo deputado David Ferreira, pois que, realmente *“isto é gozar com quem trabalha”*, depois do volume de obras que foi executado e do que está planeado executar, depois das explicações que foram dadas, tem que se dizer que o Partido Socialista está a fazer uma governação como nunca se viu no Concelho de Paredes. Defendeu que o executivo está a dotar o Concelho de equipamentos e de infraestruturas de que há muito estava carenciado e que este é um Orçamento de rigor e de continuidade dessa política já por 2 vezes sufragada, a bancada do PS só poderia aprovar este Orçamento.

**Presidente da Assembleia** – Sugeriu que os pontos 4 a 10 fossem discutidos e votados conjuntamente, o que mereceu a **aprovação unânime** do Plenário.

**4 - 2.ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE VANDOMA (Nº 180/2021 E N.º 62/2022) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**



**5 - 7ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDOSA (N.º 138/2020, 40/2021, 92/2021, 95/2022, 96/2022, 151/2022 E 152/2022) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

**6 - 1ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CETE (N.º 175/2021) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

**7 - RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE GANDRA (N.º 12/2022, 61/2022 E 155/2022) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

**8 - CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE DUAS IGREJAS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

**9 - CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE CETE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

**10 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE SOBROSA PARA AQUISIÇÃO DE UM TERRENO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

A Assembleia aprovou por unanimidade dos 40 membros presentes, a *“minuta da 2ª retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Vandoma (nº 180/2021 e n.º 62/2022), a minuta da 7ª Retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Rebordosa (N.º 138/2020, 40/2021, 92/2021, 95/2022, 96/2022, 151/2022 E 152/2022), a minuta da 1ª Retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Cete (N.º 175/2021), a minuta de Retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Gandra (n.º 12/2022, 61/2022 e 155/2022), a minuta do Contrato de Cooperação com a Freguesia de Duas Igrejas - Atribuição de apoio financeiro, a minuta do Contrato de Cooperação com a Freguesia de Cete - Atribuição de apoio financeiro,* as quais foram previamente remetidas a todos os



deputados da Assembleia Municipal, bem como a *“Proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Sobrosa para aquisição de um terreno”*.

## **11 - ADESÃO AO PACTO DOS AUTARCAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

A Assembleia aprovou por unanimidade dos 39 membros presentes, a *“Proposta de adesão ao Pacto dos Autarcas”*.

## **12 - REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE PAREDES (PMEPC DE PAREDES) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

**José Alberto Sousa (PS)** – Cumprimentou os presentes e referiu que a qualidade de vida dos cidadãos é determinada pela diminuição das suas vulnerabilidades não só em situações quotidianas, mas também em contexto de acidente grave e catástrofe como se viu recentemente em Lisboa. Observou que estes últimos podem ser desencadeados por acidentes naturais ou tecnológicos que englobam acontecimentos menos frequentes como sismos e tornados ou até ameaças NRBQ que é, nucleares, radiológicas, biológicas ou químicas, a par de cenários mais usuais tais como cheias, derrocadas, incêndios urbanos, industriais, florestais ou acidentes rodoviários e ferroviários e ainda no transporte de mercadorias perigosas. Adiantou que a exigência de proteger e auxiliar as pessoas e os recursos naturais e materiais motiva o apoio à missão da Proteção Civil no Concelho. Acrescentou que este apoio se concretiza em projetos estruturantes de otimização da resposta operacional prestada pelas entidades envolvidas nas fases de prevenção e planeamento como a identificação e análise de riscos, definição de normas e procedimentos, atenuação de efeitos e ações de sensibilização de socorro, assistência e reposição da normalidade. Afirmou que o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil para o Concelho de Paredes, é um instrumento que o Município de Paredes dispõe para o desencadeamento e gestão das ações de proteção civil com vista. Realçou que o mesmo visa possibilitar uma unidade de ação e controlo para a coordenação de ações a desenvolver e gestão de meios e recursos mobilizáveis face a um acidente grave, catástrofe de calamidade ou outras ocorrências que pela sua dimensão e ou características que requeiram meios para o seu controlo, para além daqueles que normalmente se encontram disponíveis tendo em vista minimizar os



danos pessoais, patrimoniais, ambientais e a atividade económica e facilitar o estabelecimento da normalidade após o impacto. Sublinhou que o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil define e clarifica missões e fortalece a estrutura global do Município no desempenho das suas responsabilidades no domínio da Proteção Civil. Observou que neste Plano são também identificados os riscos e as vulnerabilidades existentes no Concelho de modo a estabelecer uma maior interligação entre os mecanismos de planeamento, emergência e proteção civil. Referiu ainda que o mesmo foi elaborado no intuito de servir como uma importante ferramenta para ser utilizada pela Proteção Civil e Bombeiros, em situações de emergência real ou previsível onde constam indicações sobre os modos de atuação disponíveis dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil. Agradeceu e elogiou a Câmara Municipal pelo excelente trabalho efetuado e manifestou a sua esperança em que nunca haja necessidade de acionar o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Concelho de Paredes.

A Assembleia aprovou por unanimidade dos 38 membros presentes, a *“Proposta de Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Paredes (PMEPC de Paredes)”*.

**Presidente da Assembleia** – Propõe à Assembleia a aprovação em minuta da ATA desta reunião para aplicação imediata.

A Assembleia aprovou por unanimidade dos 38 membros presentes, a aplicação da ATA desta reunião em minuta.

### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Solicitou o uso da palavra o Senhor Manuel Pinho.

**Manuel Pinho** – Referiu que era importante perceber qual foi a razão invocada pelo Presidente da Câmara para a retirar confiança política ao ex-Presidente da Junta José Mota, pois que, ao que consta e foi sublinhado na presente sessão, o motivo se deveu ao facto de o Presidente da Câmara pretender que houvesse um acordo entre as partes envolvidas. Realçou que se sabe agora que um dos elementos do novo executivo da Junta de Freguesia também está de se acordo com o Sr. José



Mota.

- 1- Questionou, então, qual a confiança política que o Presidente da Câmara deposita neste novo elenco da Junta de Freguesia de Gandra? Reiterou que, no fundo, o que, de facto, importa saber é qual o real motivo da retirada da confiança política ao ex-Presidente da Junta de Freguesia de Gandra.
- 2- Relativamente à Unidade de Valorização de Resíduos disse ser a favor da sua construção e que era importante que o Município conseguisse contrapartidas a nível do gás que é um dos bens que daí resultará, nomeadamente para a questão dos transportes.
- 3- Questionou quanto à possibilidade e abertura do Presidente da Câmara na aceitação de contributos no sentido da atribuição de um valor maior para incentivo à natalidade uma vez que a questão se encontra ainda em fase de discussão pública?
- 4- Felicitou o União Sport Club de Paredes e questionou quanto às limitações do Estádio das Laranjeiras para rececionar outro tipo de campeonatos e também jogos de seleções? Existem limitações para as competições nacionais existentes atualmente?
- 5- Referiu que é importante que o Município implemente, promova e estude comunidades energéticas, pois que, todos sairão a ganhar, quer a nível económico, quer a nível ambiental.
- 6- Relativamente à questão da poluição do Rio Ferreira, indagou quanto ao que poderia informar o Presidente da Câmara sobre o assunto?

**Presidente da Câmara** – Referiu que tem total confiança política na Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Gandra, Dr<sup>a</sup> Sílvia Sá Pinto e no executivo que a acompanha e com o qual o Município já está a trabalhar. Relativamente às contrapartidas para o Município e para a freguesia de Baltar com a Unidade de Valorização Orgânica, esclareceu que era suposto que assim fosse se o Município estivesse a acolher algo que trouxesse prejuízo, pois que, uma contrapartida visa a compensação de algo. Acrescentou que no caso em apreço não há nada a compensar dado que se trata apenas da instalação de mais uma empresa na Zona Industrial de Parada/Baltar, exatamente como as que já lá se encontram e com as quais o Município não teve que receber quaisquer contrapartidas. Realçou que o benefício foi o facto dessas empresas terem escolhido instalar-se naquela Zona Industrial e criarem emprego, tal como vai acontecer com a Unidade de Valorização de Resíduos Orgânicos. Reiterou que não faz sentido falar-se na exigência de contrapartidas



quando não há qualquer prejuízo para o Concelho de Paredes. Relativamente à questão do incentivo à natalidade, referiu que o assunto se encontra em discussão pública e que poderão ser apresentadas propostas que serão depois analisadas. Quanto à questão do Estádio das Laranjeiras, esclareceu que o mesmo possui as dimensões exigidas para acolher jogos da 1ª Liga e inclusive jogos da Seleção Nacional, sendo que, a única questão reside na lotação. Sublinhou que um jogo entre seleções por norma precisa de um estádio com capacidade para 30/40 mil espectadores pelo que não é pretensão do Município receber um jogo entre Portugal e Espanha e apresentar uma lotação de apenas 2.000 lugares sentados e mais 1.000 em pé. Observou que mesmo em termos de iluminação, há capacidade para jogos à noite, pois que, as torres de iluminação estão preparadas para a colocação de mais iluminação até para jogos ao nível da Liga dos Campeões. Disse estar de acordo quanto à questão das comunidades energéticas e que o executivo está já a estudar algumas perspetivas, nomeadamente a implementação de comunidades energéticas nas zonas industriais e que faz parte do Plano de Eficiência Energética. No que concerne à poluição do Rio Ferreira, referiu que Paredes é o principal interessado na implementação de qualquer solução para aquele problema apesar de não ser responsável pelo que se passa. Lamentou o facto de a solução que, entretanto, foi encontrada se ter revelado infrutífera quanto à resolução do problema. Informou, no entanto, que decorrem negociações entre a Câmara de Paços de Ferreira e o Ministério do Ambiente para, ao nível do POSEUR e do PO Regional 2030, haver um novo investimento naquela ETAR para complementar o que lá está no sentido de o mais breve possível, solucionar um problema que já devia estar mais do que resolvido não fosse aquela má opção técnica.

**Presidente da Assembleia** – Agradeceu ao secretariado da Assembleia Municipal o empenho na resolução de todos os problemas que foram surgindo ao longo do ano e que permitiram a realização tranquila das sessões. Agradeceu também o apoio dado pelo Presidente da Câmara sempre que foi necessário assim como a colaboração de todos os vereadores e ainda um agradecimento à intervenção do público sempre bem-vinda e à comunicação social que sempre acompanhou as sessões, o Novum Canal, os jornais, O Paredense, O Progresso de Paredes e o Verdadeiro Olhar. Referiu que nem sempre é possível fazer tudo, mas que o caminho é o correto e terminou com o desejo a todos de Festas Felizes, com otimismo para o ano 2023.

E nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da mesa, foram encerrados os trabalhos sendo dezoito.



---



---

E para constar se lavrou a presente que, depois de lida e achada conforme vai ser assinada.

E eu, Verónica de Brito Castro, Chefe de Divisão Administrativa a redigi e assino conjuntamente com Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal.



---

**Baptista Pereira, Dr.**



---





## FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
2022/12/17

### 2- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2022/09/30

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X		
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Ribeiro Coelho d)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
António Manuel de Bessa oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP			X
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP			X
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

  

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS			
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria Sá Pinto Vieira da Silva	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS			
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD			
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

#### Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta

#### A Mesa da Assembleia

O Presidente

1ª Secretária

2ª Secretária



## FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
2022/12/17

### 3- DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2023

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X		
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Ribeiro Coelho d)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD		X	
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD		X	
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD		X	
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD		X	
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD		X	
António Manuel de Bessa oliveira a)	PPD/PSSD			X
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP		X	
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP		X	
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP		X	
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A		X	

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria Sá Pinto Vieira da Silva	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD			X
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD			X
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD			X
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

#### Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção  
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;  
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo  
d) Por renúncia do titular do cargo  
e) Por falecimento do titular do cargo  
f) Justificou a falta

#### A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

*[Handwritten signatures]*

## FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
2022/12/17

### 4- 2.ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE VANDOMA (N.º 180/2021 E N.º 62/2022)

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS			
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X		
Pedro António Silva e Sousa	PS			
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Ribeiro Coelho d)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
António Manuel de Bessa oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	X		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS			
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS			
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria Sá Pinto Vieira da Silva	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD			
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

#### Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção  
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;  
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo  
d) Por renúncia do titular do cargo  
e) Por falecimento da titular do cargo  
f) Justificou a falta

#### A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

*[Signature]*

*[Signature]*

## FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
2022/12/17

### 5- 7ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDOSA (N.º 138/2020, 40/2021, 92/2021, 95/2022, 96/2022, 151/2022 E 152/2022)

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X		
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Ribeiro Coelho d)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
António Manuel de Bessa oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	X		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria Sá Pinto Vieira da Silva	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

#### Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1ª Secretária

2ª Secretária

## FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
2022/12/17

### 6- 1ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CETE (N.º 175/2021)

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X		
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Ribeiro Coelho d)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
António Manuel de Bessa oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	X		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria Sá Pinto Vieira da Silva	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

#### Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção  
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;  
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo  
d) Por renúncia do titular do cargo  
e) Por falecimento da titular do cargo  
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1ª Secretária

2ª Secretária

*[Handwritten signatures of the President and Secretaries]*

## FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
2022/12/17

### 7- RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE GANDRA (N.º 12/2022, 61/2022 E 155/2022)

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X		
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Ribeiro Coelho d)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
António Manuel de Bessa oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	X		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria Sá Pinto Vieira da Silva	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

#### Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção  
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;  
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo  
d) Por renúncia do titular do cargo  
e) Por falecimento da titular do cargo  
f) Justificou a falta

#### A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

*[Handwritten signatures]*

## FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
2022/12/17

### 8- CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE DUAS IGREJAS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS			
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X		
Pedro António Silva e Sousa	PS			
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Ribeiro Coelho d)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
António Manuel de Bessa oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	X		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS			
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS			
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria Sá Pinto Vieira da Silva	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD			
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

#### Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção  
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;  
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo  
d) Por renúncia do titular do cargo  
e) Por falecimento da titular do cargo  
f) Justificou a falta

#### A Mesa da Assembleia

O Presidente

1ª Secretária

2ª Secretária

## FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
2022/12/17

### 9- CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE CETE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	✓		
José Alberto de Sousa	PS	✓		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	✓		
Rui José Fernandes da Silva	PS	✓		
Armando Manuel Neves Leal	PS	✓		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	✓		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	✓		
Pedro António Silva e Sousa	PS	✓		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	✓		
Joaquim da Silva Leal	PS	✓		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	✓		
Rui António Freire Machado	PS	✓		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	✓		
Sara Daniela Silva Castro	PS	✓		
Raúl Luís Ribeiro Coelho d)	PS	✓		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	✓		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	✓		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	✓		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	✓		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	✓		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	✓		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	✓		
António Manuel de Bessa oliveira a)	PPD/PSSD	✓		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	✓		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	✓		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	✓		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	✓		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	✓		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	✓		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	✓		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	✓		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	✓		
José da Silva Rodrigues	PS	✓		
Silvia Maria Sá Pinto Vieira da Silva	PS	✓		
José Augusto da Silva Borges	PS	✓		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	✓		
Artur Pereira da Silva	PS	✓		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	✓		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	✓		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	✓		
José da Cunha Magalhães	PS	✓		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	✓		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD	✓		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	✓		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	✓		

#### Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção  
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;  
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo  
d) Por renúncia do titular do cargo  
e) Por falecimento da titular do cargo  
f) Justificou a falta

#### A Mesa da Assembleia

O Presidente

1ª Secretária

2ª Secretária

*Sara del*

*Maria Luísa Tadeu*



## FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
2022/12/17

### 10- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE SOBROSA PARA AQUISIÇÃO DE UM TERRENO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS			
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X		
Pedro António Silva e Sousa	PS			
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Ribeiro Coelho d)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
António Manuel de Bessa oliveira e)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	X		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS			
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS			
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria Sá Pinto Vieira da Silva	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD			
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

#### Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção  
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;  
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo  
d) Por renúncia do titular do cargo  
e) Por falecimento da titular do cargo  
f) Justificou a falta

#### A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

## FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
2022/12/17

### 11- ADESÃO AO PACTO DOS AUTARCAS

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS			
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X		
Pedro António Silva e Sousa	PS			
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Ribeiro Coelho d)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
António Manuel de Bessa oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	X		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS			
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS			
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria Sá Pinto Vieira da Silva	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS			
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD			
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

#### Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção  
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;  
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo  
d) Por renúncia do titular do cargo  
e) Por falecimento da titular do cargo  
f) Justificou a falta

#### A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

*Sara 22* *Armando Manuel Neves Leal*

## FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
2022/12/17

### 12- REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE PAREDES (PMEPC DE PAREDES)

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X		
Pedro António Silva e Sousa	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X		
Rui António Freire Machado	PS	X		
Carlos Manuel Ferreira da Silva	PS	X		
Sara Daniela Silva Castro	PS	X		
Raúl Luís Ribeiro Coelho d)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
Cátia Filipa Santos Silva d)	PS	X		
Inácio José Pereira Abreu Costa	PPD/PSSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PPD/PSSD	X		
David António Correia Ferreira	PPD/PSSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSSD	X		
Gil Marco Moreira Machado	PPD/PSSD	X		
António Manuel de Bessa oliveira a)	PPD/PSSD	X		
José Miguel de Garcez Rocha	CDS-PP	X		
Ana Raquel Gomes Coelho	CDS-PP	X		
Luís Jorge Ribeiro Silva Coelho Rodrigues	CDS-PP	X		
Cecília Eugénia Oliveira Mendes	NC/A	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Carlos Ribeiro Barbosa	PS	X		
Adriano José Moreira da Rocha	PS	X		
José da Silva Rodrigues	PS	X		
Sílvia Maria Sá Pinto Vieira da Silva	PS	X		
José Augusto da Silva Borges	PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa	PPD/PSSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	SSMI	X		

#### Observações:

- Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- Por suspensão do mandato do titular do cargo
- Por renúncia do titular do cargo
- Por falecimento da titular do cargo
- Justificou a falta

#### A Mesa da Assembleia

O Presidente

1ª Secretária

2ª Secretária

*Sara del*

*Fernando Tadeu*

